
CAPÍTULO VI

EVOLUÇÃO DA COLABORAÇÃO INTERNACIONAL E OS DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO

Manuel Guilherme Júnior

Maria da Conceição Dias

Arlindo Sítio

1. Introdução

O presente capítulo não é e não se pretende que seja um relatório das actividades de cooperação da UEM. Disso tratam as inúmeras e ricas publicações oficiais produzidas ao longo do tempo, algumas das quais casuisticamente evocadas ao longo do texto. Aqui, o propósito é retratar, de forma condensada e panorâmica, o cerne das actividades de cooperação internacional da UEM, desde o período imediatamente após a independência nacional até à época actual. Dentre várias formas possíveis de periodizar e intitular tão multifacetado e prolífico assunto, adoptou-se aquela que pudesse dar primazia ao propósito e impacto da cooperação em diferentes fases do desenvolvimento do País e da instituição, tendo em conta que, "ao longo do tempo, a cooperação na UEM foi tendo enfoques diferentes de acordo com os objectivos de cada momento" (UEM, 2014, p. 125).

Deste modo, tendo como referência o evoluir das conjunturas social, política e económica nacional e internacional, a história da UEM no domínio da colaboração internacional e dos desafios da internacionalização é aqui periodizada sob três grandes subcapítulos ou fases, que captam igual número de importantes desideratos evolutivos, designadamente: (i) cooperar para garantir a sobrevivência do ensino superior em Moçambique; (ii) cooperar para constituir e qualificar o corpo docente e promover a investigação; e (iii) cooperar para o desenvolvimento institucional da UEM e para a sua inserção no panorama académico nacional, regional e internacional. Estas três fases heurísticamente adoptadas, embora naturalmente subjacentes a coordenadas temporais, estão isentas de marcos cronológicos rígidos, exactamente para reflectir a ideia de interpenetração e complementaridade das acções de cooperação, vincando a sua natureza diacrónica.

Do ponto de vista metodológico, o capítulo resulta de uma pesquisa documental e de entrevistas gentilmente concedidas por individualidades que protagonizaram e/ou vivenciaram a complexidade da cooperação na instituição.

2. FASE 1: cooperar para garantir a sobrevivência do ensino superior em Moçambique

Desde a sua introdução, em Moçambique, pela potência colonizadora, em 1962, então sob a designação de Estudos Gerais Universitários de Moçambique, e posterior elevação ao estatuto de universidade (Universidade de Lourenço Marques), em 1968, o ensino superior no País permaneceu por um longo período reduzido a esta única instituição (UEM, 1991a, 1998; MÁRIO *et al.* 2003). Pela sua origem, natureza e finalidade, a Universidade de Lourenço Marques mantinha vínculos naturais com as suas congéneres portuguesas, de onde provinha grande parte dos docentes que asseguravam o seu funcionamento. O advento da Independência Nacional, em 1975, implicava o retorno massivo desses docentes às universidades da então metrópole, situação que, a não ser devidamente acutelada, teria ditado a paralisação das actividades da Universidade, dada a então extrema exiguidade de docentes moçambicanos¹ (UEM, 1991a; LOPES, 1991b).

Se, por um lado, se verificou um acentuado decréscimo do número de docentes, o mesmo aconteceu em relação ao efectivo de estudantes², o que obrigou à redução da oferta de cursos na instituição que, entretanto, desde o ano de 1976, havia já sido chamada a assumir duas missões adicionais à sua vocação tradicional, designadamente a de formar professores para o ensino secundário, através de Cursos de Formação de Professores (CFP), e a de ministrar cursos propedêuticos. O intuito era, respectivamente, colmatar o grande *deficit* em professores nas escolas secundárias e fomentar o ingresso ao ensino superior, face à escassez de candidatos³. Em suma, havia fortes razões para manter a então única universidade do País em funcionamento, o que passava por recorrer, urgentemente, ao estrangeiro, para o recrutamento de docentes. Por essa razão, nessa fase, a cooperação internacional assumiu, predominantemente, a forma de assistência técnica (LOPES, 1991b; Sandra Brito, entrevista, 20 de Outubro de 2020), direccionada ao

¹A título ilustrativo, em 1975, havia apenas um total de 5 (cinco) docentes moçambicanos, contra 154 estrangeiros (UEM, 1991a).

² De 2433, em 1975, o efectivo de estudantes passou para 750, em 1978 (UEM, 1991: 18).

³ Em consequência do encerramento temporário da escolaridade ao nível pré-universitário (10^a e 11^a Classes) no ensino secundário (UEM, 1978; 1991a; 1998b; António Matabel, 2020).

recrutamento de quem pudesse assegurar a leccionação nos cursos então em funcionamento, permitindo a manutenção e sobrevivência da UEM e, conseqüentemente, do ensino superior em Moçambique. Essa cooperação materializou-se sob quatro vias principais, que são descritas nas subsecções que se seguem.

2.1. Memorandos com Portugal

Como foi afluído anteriormente, por razões históricas, a docência na então Universidade de Lourenço Marques era, naturalmente, garantida por um corpo docente de nacionalidade portuguesa. Entretanto, em 1974, ocorreu um golpe de Estado em Portugal, que ditou o fim do regime colonial-fascista e a conseqüente instauração de um regime democrático, o que propiciou o advento das independências das então colónias portuguesas, entre elas Moçambique. Nessa nova conjuntura, cidadãos de nacionalidade portuguesa, que exerciam a docência na Universidade de Lourenço Marques, teriam de regressar, de imediato, àquele país, para efeitos de seu reenquadramento nas suas instituições de origem. Alternativamente, poderiam permanecer em serviço em Moçambique por um período e circunstâncias contratualmente determinadas, sob o novo ordenamento político-diplomático, e ao abrigo de memorandos específicos de colaboração entre os dois países. Foi nesse contexto que um memorando de entendimento com as autoridades portuguesas evitou o êxodo brusco dos docentes portugueses, mormente os que leccionavam em cursos tidos por prioritários na conjuntura de então⁴, cursos esses que continuaram a ser largamente assegurados por esses mesmos docentes, já na condição de cooperantes, sob condições contratualmente fixadas até, pelo menos, o ano de 1978 (Carmo Vaz, entrevista, 20 de Outubro de 2020).

2.2. Busca inicial de parcerias

Por várias razões, sobretudo históricas, linguísticas e até de logística, a cooperação com Portugal era natural e relativamente mais viável. No entanto, se por um lado o número de docentes era insuficiente, importava também trazer à UEM experiências de outros quadrantes do mundo no domínio académico. A diversificação da cooperação na UEM se afigurava, também, em consonância com e em resposta a uma orientação do então Presidente da República Popular de Moçambique, segundo a qual, “Aprender é avançar

⁴ A universidade, que desde 1976 passara à sua actual designação de Universidade Eduardo Mondlane, restringira o seu funcionamento a um número restrito de cursos (detalhes em UEM, 1991a).

em conjunto com todo o mundo, estender a troca de experiências e o esforço colectivo à dimensão internacional”⁵. Nesse âmbito, em 1978, inicia aquilo a que se pode designar por “expedição” para contactos internacionais, em busca de outras parcerias para assegurar a docência na UEM. Com efeito, nesse ano, o então Reitor da UEM, Fernando Ganhão, criou uma equipa de trabalho designada *Comissão de Relações Internacionais (CRI)*⁶, cuja missão inicial foi a de visitar dois países europeus, nomeadamente a Itália e o Reino dos Países Baixos para, mediante uma prospecção prévia, mediada por elementos das respectivas embaixadas em Maputo, entrevistar potenciais candidatos a docentes na UEM. Como resultado dessa missão, no ano seguinte, chegou à UEM o primeiro grupo de docentes italianos e holandeses, maioritariamente das áreas das ciências e engenharia. A recepção, acomodação e acautelamento de todos os aspectos inerentes à estadia destes e, posteriormente, dos demais docentes estrangeiros em Maputo, acabaria por ficar à responsabilidade da CRI⁷.

Dessa experiência, cimentou-se a convicção de que a CRI devia evoluir para um órgão de nível central da UEM, entendimento que ficou expresso na intervenção do então Reitor, naquela que foi a 1ª Reunião Geral da UEM, realizada em Dezembro de 1978. É dessa intervenção que se reproduz o seguinte extracto elucidativo:

Junto da Reitoria, funcionarão um Gabinete de Estudos e Planificação e um outro para as Relações Internacionais, o qual terá tendência a, cada vez mais, se ocupar dos problemas de contratação de cooperantes e do cumprimento de acordos de cooperação celebrados entre a UEM e outras universidades e demais instituições do ensino superior (UEM, 1978, s/p).

Com efeito, a partir do ano seguinte (1979), a Comissão de Relações Internacionais (CRI) ficou sedeadada na Reitoria e, mais tarde, passou à designação de Gabinete de Relações Internacionais (GRI).

2.2.1. Alargamento da “Cooperação de Emergência”

O incremento gradual da população estudantil da UEM, entre 1976 e 1984, constituída não só por aqueles matriculados em cursos superiores, mas, também, por outros (a maioria)

⁵ Discurso proferido a 1 de Maio de 1976, aquando da mudança do nome da instituição, de Universidade de Lourenço Marques para Universidade Eduardo Mondlane (Machel, 1976).

⁶ Presidida por Álvaro do Carmo Vaz, actualmente Professor Catedrático jubilado, esta Comissão integrava ainda os seguintes elementos: a Profª. Doutora Lucinda Cruz, as Doutoradas Cristina Meireles Fonseca Castro, Isabel Cerqueira, o Prof. Doutor Miguel da Cruz, e o Sr. Xavier Mandlate.

⁷ Este facto ditou que, antes e depois da sua transformação em Gabinete de Relações Internacionais (GRI), a Comissão de Relações Internacionais (CRI) se estruturasse de modo a responder a estes aspectos (Lucinda Cruz, 2020; Luís Muchanga, 2020).

que frequentavam cursos médios oferecidos pela instituição (ex: cursos de formação de professores, cursos propedêuticos e cursos de formação acelerada para antigos combatentes e trabalhadores de vanguarda), requeria a contratação de mais docentes, os quais, pelas razões já descritas, só poderiam ser recrutados do estrangeiro. Assim, a cooperação técnica foi alargada a outros países, sobretudo os do então bloco socialista, designadamente a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a República Democrática Alemã (RDA), Bulgária, Hungria e Cuba⁸. Nota particular vai para a cooperação no domínio da docência prestada por dois países africanos, nomeadamente a Guiné-Conacri e a República Unida da Tanzânia. Digno de realce é, também, o facto de Moçambique, pela sua orientação político-ideológica, ter atraído e/ou acolhido um notável grupo de intelectuais e cientistas "de esquerda" de vários países do mundo (e.g. África do Sul, Chile, Congo-Kinshasa, República Federal Alemã, França, Reino Unido e Itália), boa parte dos quais ingressaram na docência e/ou na investigação na UEM.

A forma relativamente mais estruturada, governamental e/ou institucional de cooperação então estabelecida, envolvendo memorandos bilaterais com governos estrangeiros e/ou entre a UEM e universidades de determinados países, com destaque para Portugal, RDA, URSS, Cuba, Holanda, Noruega, EUA, Reino Unido, Chile e Bulgária, traduziu-se em mais oportunidades e valências⁹, permitiu estabelecer um mecanismo de substituição/rotatividade dos docentes cooperantes, conferindo garantia na continuidade de cooperação técnica e, conseqüentemente, na docência em determinadas áreas, com destaque para as das ciências e engenharia. Por outro lado, tal modelo de cooperação possibilitou o início de programas de formação de docentes moçambicanos da UEM naqueles países, potenciando que, a médio e longo prazos, a instituição se tornasse menos dependente em matéria de pessoal docente, facto que, paulatinamente, veio a concretizar-se em parte significativa das áreas académicas.

Uma abertura para uma cooperação institucional estruturada viria a ser igualmente demonstrada por uma série de agências governamentais e não governamentais, tais como a Fundação Gulbenkian, a Fundação Ford, a Fundação Rockefeller, a Fundação Eduardo Mondlane, o Banco Mundial, o PNUD, a FAO, o PMA, a UNISIDA, a UNESCO, o British Council, a SIDA e a USA for Africa, na cobertura financeira

⁸ A contratação preferencial de docentes oriundos de países do então chamado *Bloco Socialista* estava em consonância com a orientação político-económica da então República Popular de Moçambique.

⁹ Detalhes em UEM (1991a; 2002; 2014).

da assistência técnica à UEM e na concessão de bolsas de estudo para a formação pós-graduada de docentes moçambicanos (Lucinda Cruz, entrevista, 09 de Dezembro de 2020; Teodósio Uate, entrevista, 17 de Outubro de 2020).

2.3. Iniciação à investigação

Ainda que de forma ténue, foi durante a fase de mobilização massiva de assistência técnica estrangeira para a docência que se começou a prestar atenção e a apoiar algumas iniciativas de pesquisa científica, ligadas ou não à capacitação de docentes moçambicanos. Tais iniciativas decorriam em algumas unidades da UEM, nomeadamente no então Instituto de Investigação Científica de Moçambique¹⁰, no Centro de Estudos Africanos, no Departamento de Arqueologia, e na Estação de Biologia Marinha da Inhaca. O financiamento dessas iniciativas foi largamente garantido pelo Reino da Suécia, com início no ano de 1978, através da SIDA - SAREC¹¹. Adicionalmente, esta agência facultou um apoio primordial ao Arquivo Histórico de Moçambique no trabalho de recolha e preservação de documentos de interesse histórico, quer em Moçambique como em Portugal. Mais crucial ainda, sob uma visão estratégica, a mesma agência alocou um “Fundo Aberto” para estimular a iniciação à investigação, através de projectos de pesquisa individuais e institucionais nas Faculdades e noutras unidades orgânicas (OLSSON, 2019, p. 15) e, mais tarde, o “Fundo de Equipamentos” e o “Fundo de Pós-Graduação”. Para além de financiar programas multidisciplinares e interdepartamentais de investigação com uma componente forte de formação aos níveis de mestrado e doutoramento, este apoio passou, ainda, a contemplar o pós-doutoramento a partir da fase 2017-2022. Nas últimas fases de financiamento (2011-2017 e 2017-2022), a ASDI apoiou o estabelecimento de programas de mestrado e de doutoramento na UEM bem como bolsas de estudos para estudantes integrados nestes mesmos programas. Progressivamente, outras agências e organizações como, por exemplo, a Fundação Ford, a Fundação Rockefeller, a *American Fulbright*, a *Hubert Humphrey Fellow*, a *African American Institute*, a NORAD/NUFU, a NUFFIC, o IDRC, o FNUAP, a FAO, o UNICEF, a DANIDA, a GTZ, a FUMIS, a Fundação Internacional para a Ciência (IFS), a Academia Africana de Ciência (AAS), a Fundação Friedrich Ebert, a CAPES, a CEE e o Banco Mundial deram o seu contributo ao lançamento

¹⁰ Instituição que foi então extinta, suas instalações passaram a domiciliar o Centro de Estudos Africanos e o seu acervo e pessoal reverteram para a UEM, em 1976.

¹¹Actualmente designada simplesmente por SIDA - *Swedish Institute for Development Cooperation Agency*, sua agência de cooperação no domínio da investigação científica.

e consolidação de iniciativas de pesquisa na Universidade Eduardo Mondlane (LOPES, 1991b; UEM, 2002; UEM, 2014). A Suécia mostra-se parceira tradicional com mais de 40 anos e seis fases de desenvolvimento da cooperação, com objetivos que se foram destacando em função de vários cenários.

2.4. Contexto socioeconómico e caracterização sumária da cooperação na Fase 1

2.4.1. Contexto socioeconómico

A cooperação na UEM, durante a Fase 1, decorreu sob um contexto socio-económico marcado por três aspectos essenciais, nomeadamente:

- a. ruptura, através da independência nacional, com o sistema colonial, e a adopção da via socialista e, consequentemente, de um sistema de economia centralizada para o desenvolvimento do País. Para se adaptar à nova dinâmica política, ideológica, administrativa e cultural, a UEM procedeu a uma reestruturação curricular e organizacional (UEM, 1991a);
- b. o estabelecimento de relações preferenciais com os países de orientação socialista, com os quais o País passou a cooperar de forma predilecta em quase todas as áreas, incluindo a área académica. Como consequência, registou-se uma predominância, na UEM, de docentes cooperantes recrutados daqueles países, bem como o acolhimento, por esses mesmos países, de grandes contingentes de docentes moçambicanos da UEM para estudos de pós-graduação;
- c. o declínio da economia moçambicana, a partir de meados da década de 80, exacerbado pelo recrudescimento da guerra dos 16 anos, conjugado com o retorno aos seus países de origem dos docentes procedentes da Europa do Leste, a partir de 1989¹². Este cenário proporcionou uma maior aproximação de Moçambique a países de economias de mercado, bem como a instituições financeiras e de apoio internacionais, o que, efectivamente, já vinha ocorrendo desde a adopção, em 1987, do seu Programa de Reabilitação Económica (PRE). Este aspecto conferiu nova abertura e uma nova dinâmica à cooperação de Moçambique, em particular da UEM, com o mundo (LOPES, 1991b; UEM, 1991a; UEM, 2002).

¹² Consequência das mudanças decorrentes da 'Perestroika' e da queda do 'Muro de Berlim'.

2.4.2. Caracterização sumária da Fase 1

Em suma, a cooperação internacional na UEM, no período imediatamente após a independência do país, até finais da década de 80, assumiu, essencialmente, a forma de assistência técnica, predominantemente orientada para a docência, visando garantir a manutenção em funcionamento dos cursos leccionados na instituição. Segundo Lopes (1991), tal cooperação poderia ser caracterizada da seguinte forma:

- a. assistência técnica, com origem em acordos bilaterais com países e o Governo de Moçambique para o fornecimento de docentes qualificados a tempo inteiro e por períodos de 2 ou 3 anos, prorrogáveis ou substituíveis por outros docentes, por ex: Cuba, URSS, Itália, Holanda (cooperação a nível governamental); Assistência técnica resultante de acordos entre o Governo e organizações/instituições governamentais ou não governamentais, por ex: Commonwealth, IVS, CIC, Fundação Eduardo Mondlane (cooperação institucional-financeira);
- b. assistência técnica originada de acordos com universidades e institutos (Professores visitantes e consultores para cursos especiais). Ex: Angola, Tanzânia, URSS, Portugal, Brasil, Holanda, Espanha, EUA (cooperação institucional-universitária);
- c. assistência técnica com base em acordos entre a UEM e os docentes individualmente (contratos locais);
- d. assistência técnica financiada por agências internacionais (ex: Banco Mundial, PNUD), no âmbito de projectos; e
- e. cooperação regida por acordos entre a UEM e organizações internacionais para o financiamento da investigação e extensão e para a concessão de bolsas de estudo para pós-graduação de docentes nacionais, fornecimento de equipamento laboratorial e material didáctico (ex: Banco Mundial, ASDI, British Council, USA for Africa).

2.4.3. Desafios e problemas da cooperação na Fase 1

No cômputo geral, *cooperar para garantir a sobrevivência do ensino superior em Moçambique* surtiu os efeitos desejados. No entanto, acarretou desafios e problemas, com destaque para os seguintes:

- a. O desafio logístico de acolher, formalizar a estadia, alojar condignamente os docentes e suas famílias¹³ e, em certos casos, ainda remunerá-los. Este desafio agudizou-se com o declínio da situação económica e financeira do País, agravado pelo recrudescimento da guerra civil;
- b. O problema da deficiente comunicação em língua portuguesa, sobretudo dos docentes cooperantes oriundos de países não falantes desta língua;
- c. O desafio de consciencializar os docentes estrangeiros do nível real de conhecimentos e hábitos de estudo dos estudantes. O reconhecimento do *deficit* de conhecimentos básicos dos estudantes do ensino pré-universitário daria azo, em meados da década de 80, ao lançamento do BUSCEP (*Basic University Science Experimental Programme*)¹⁴. O desafio de entender e “harmonizar” percepções, ideologias, culturas e práticas pedagógicas de indivíduos procedentes de uma ampla diversidade de culturas e de tradições académicas. Com efeito, em meados dos anos 80, a UEM contava, no seu seio, com docentes procedentes de cerca de 40 países¹⁵.
- d. Os problemas da instabilidade dos planos de estudo e da inexecutabilidade de lançamento e sustentabilidade de programas de médio e longo prazos, causados pela grande rotatividade do corpo docente estrangeiro, cujo tempo médio de permanência no país era de dois anos. A instabilidade curricular foi agravada pela inexistência, até cerca de finais da década de 80, de programas curriculares fixos em muitos dos cursos então ministrados na UEM;¹⁶
- e. Chegada tardia ou mesmo cancelamento da vinda de docentes recrutados no estrangeiro, causando atrasos no início das aulas de certas disciplinas e consequente alteração da estrutura dos planos de estudos, ou mesmo a não leccionação das disciplinas em causa, incumprimento tempestivo dos programas curriculares (LOPES, 1991b).

¹³ A Comissão/Gabinete de Relações Internacionais teve de constituir, por arrendamento ao Estado, um parque habitacional da UEM, constituído por cerca de 300 moradias e apartamentos espalhados um pouco por toda a cidade de cimento, para o alojamento de docentes estrangeiros residentes e visitantes, tendo se encarregado da sua gestão até 1994 (Vassoa, 2020; Muchanga, 2020; Uate, 2020; Matabel, 2020).

¹⁴ O BUSCEP era um programa destinado ao nivelamento dos conhecimentos dos estudantes dos primeiros anos, vulgarmente conhecido por “Semestre Zero”, financiado ao abrigo da cooperação com o Reino dos Países Baixos, através da NUFFIC;

¹⁵ Lucinda Cruz, em entrevista concedida, via Zoom, a 09/12/20.

¹⁶ Visando mitigar este problema, com o apoio da NUFFIC (Holanda), a UEM realizou, em 1990, o 1º Seminário de Planificação Curricular.

3. FASE 2: cooperar para constituir e qualificar o corpo docente e consolidar a investigação científica

3.1. A cooperação no âmbito da qualificação técnico-científica dos docentes da UEM

Se, na Fase 1 da cooperação da UEM com o mundo, a assistência técnica (recrutamento de docentes estrangeiros) foi a faceta dominante, porque foi instrumental para a sobrevivência da instituição, já na Fase 2, alvo de descrição no presente subcapítulo, a cooperação internacional incidiu em acções em prol do desenvolvimento institucional, com ênfase na formação e qualificação de docentes e no apoio à actividade de investigação.

A constituição, na UEM, de um corpo docente nacional, começou de um embrião de apenas 5 (cinco) docentes, dos quais quatro (4) licenciados e um (1) doutorado, que vinham exercendo a docência na então Universidade de Lourenço Marques por altura da independência nacional (UEM, 1991a:10). Através de uma política de recrutamento para a docência de entre os graduados e finalistas que se destacassem pelo seu desempenho e pelo seu potencial nos vários cursos de Bacharelato e de Licenciatura, em 1979, o número total de docentes nacionais havia ascendido para 47, sendo 42 da categoria de Assistentes e sem formação pós-graduada, contra um total de 193 estrangeiros (UEM, 1991a, p. 10).

Se bem que, por volta de 1980, alguns dos docentes tivessem os seus programas de pós-graduação encetados, ou seja, já em desenvolvimento, foi a partir dessa altura que se iniciou um programa arrojado de envio, para o exterior, de um número considerável de docentes moçambicanos, para a sua formação a nível de mestrado e doutoramento. Tal empreendimento foi possível graças ao início e gradual consolidação de programas de cooperação com alguns países/instituições; programas que contemplavam a componente de bolsas de estudo. Tais foram os casos da RDA, URSS, Portugal (Fundação Gulbenkian e várias universidades/instituições); Reino Unido/*British Council*, Reino dos Países Baixos (NUFFIC), França, EUA (Fundações Ford, Rockefeller, *American Fulbright*, *Hubert Humphrey Fellow*, *African American Institute*); Austrália (AusAID); Checoslováquia, Cuba, Espanha (LOPES, 1991b). Numa fase posterior, que se estende até à época actual, outros países/agentes reforçaram a cooperação neste domínio, como é o caso do Brasil, através da CAPES e do CMPQ, da Bélgica, da ASDI e do Banco Mundial, este último no âmbito mais geral do seu apoio ao desenvolvimento institucional da UEM, através do

programa *Capacity Building* e, posteriormente, do programa HEP1 (CARLOS LUCAS, entrevista, 22 de Dezembro de 2020).

Não obstante os bons resultados observados na qualificação de docentes pelas vias acima citadas, até inícios da década de 90, a instituição ressentia-se fortemente do grande desequilíbrio entre docentes com e sem formação pós-graduada, sobretudo com o nível de doutoramento. Essa inquietação teria sido expressa em 1991, aquando do desenho daquilo que seria o primeiro plano de desenvolvimento da instituição, nos seguintes termos:

A já referida fraqueza numérica e qualitativa do corpo docente moçambicano (com apenas 10 doutorados!) tem consequências lógicas em termos de limitação da capacidade de realização de investigação. Por outro lado, os períodos relativamente curtos de permanência dos docentes estrangeiros (2 anos em média), não permitem a sua fácil inserção em projectos de investigação, tornando-se impensável que possam assumir a sua direcção, mesmo que possuam a qualificação necessária (UEM, 1991a, p. 23).

Se, por um lado, era inexequível manter docentes estrangeiros qualificados na UEM por períodos superiores a 2 anos, o que poderia propiciar a extensão e consolidação da sua contribuição na docência, bem como a sua participação na formação do corpo docente nacional, por outro, era e continua a ser delicado enviar docentes nacionais por períodos longos para a sua formação no estrangeiro. A modalidade de cooperação que permitiu contornar os constrangimentos acima mencionados e que viria a impulsionar grandemente a formação do corpo docente, combinando-a de forma harmoniosa e sustentável com a investigação, foi introduzida sob o financiamento de alguns parceiros específicos, mormente a SIDA (Suécia), a NUFFIC (Reino dos Países Baixos), o Programa Desafio (Bélgica), cobrindo um vasto leque de programas específicos, denominados *Research Training Programmes*. Baseados no País, mas contando com a colaboração de universidades estrangeiras, especialmente as dos países financiadores, tais programas, de natureza híbrida (investigação e formação), permitem o estabelecimento de equipas locais de pesquisa, envolvendo um ou vários docentes da mesma linha de pesquisa¹⁷.

¹⁷ Os programas de investigação enquadram-se nas grandes linhas de pesquisa eleitas pela UEM, nomeadamente Saúde; Recursos Naturais e Ambiente; Engenharia e Inovação Tecnológica; Agricultura e Produção Animal e Florestal; Governação, Economia e Direitos Humanos; Território, População e Desenvolvimento, e Cultura, Sociedade e Educação (UEM/Suécia, 2019).

Para além de promoverem a formação pela via da investigação, esses programas possibilitam, ainda, o seguinte: (a) o faseamento e encurtamento das deslocações ao estrangeiro dos docentes/investigadores em formação para contactos com os respectivos supervisores e vice-versa (formação em modelo *Sandwich*); (b) a provisão, à UEM, de equipamentos, consumíveis e bibliografia inerentes aos respectivos programas e não só; (c) a publicação conjunta dos resultados da pesquisa sob forma de artigos em revistas científicas¹⁸; (d) a participação em eventos científicos internacionais; e (e) reforço da capacidade de gestão de projectos de investigação (UEM/Suécia, 2019; UEM, 2014). Digno de realce, é o facto de os referidos programas de investigação abordarem temáticas não só de importância académica, mas, também, de interesse para o desenvolvimento nacional. Os temas de parte desses programas de investigação estão descritos na publicação intitulada “*Universidade Eduardo Mondlane (UEM) and Sweden: celebrating 40 years of Research Cooperation*” (UEM-SUÉCIA, 2019). Este aspecto alimenta e fortalece actividades de extensão e consultoria a vários sectores socioeconómicos do País.

Com o fim do regime de segregação racial na vizinha República da África do Sul, e dada a reputação académico-científica das universidades daquele país, tornou-se possível o envolvimento de universidades sul-africanas nesse tipo de programas. Desse modo, torna-se viável estabelecer uma colaboração tripartida Norte-Sul, que propicia a interacção da UEM não só com universidades europeias, mas, também, com universidades da região.

Além disso, de há cerca de 10 anos a esta parte, estes e outros parceiros, em reconhecimento da capacidade instalada na UEM, passaram, também, a financiar acções de fortalecimento de Centros de Pesquisa; a apoiar o estabelecimento de programas internos de pós-graduação (mestrados e doutoramentos); a financiar a reabilitação ou a reconstrução de algumas infraestruturas, bem como a financiar a provisão de equipamentos de vulto.¹⁹ . Adicionalmente, através, especificamente, da NUFFIC, e no âmbito do Programa NICHE (Iniciativa Holandesa para o Desenvolvimento de Capacidades no Ensino Superior), foram financiados vários programas multilaterais de capacitação institucional nas áreas de Educação, Psicologia, Água e Saneamento,

¹⁸ Só no período de 2011 a 2017, os programas de pesquisa a coberto deste tipo de cooperação haviam possibilitado a publicação de 168 artigos de reputada qualidade (UEM/Suécia, 2019:21).

¹⁹ São disso exemplos o financiamento, pela SIDA, das obras de reabilitação da Estação de Biologia Marítima da Inhaca e a construção do Centro de Radioterapia da UEM e a instalação da internet na UEM, sob financiamento do Reino dos Países Baixos.

Agricultura, Comércio, Empreendedorismo e Energia, envolvendo universidades e organizações europeias, universidades sul-africanas e universidades moçambicanas, sob a coordenação da UEM²⁰.

Até 2018, a Suécia, pioneira na instauração deste tipo de programas na sua cooperação inter-universitária com Moçambique, havia contribuído para a formação de dezenas de docentes da UEM ao nível de doutoramento (PhD) e ao nível de mestrado (MSc), na Suécia e África do Sul, seguindo o modelo *sandwich*. Outros docentes beneficiaram de bolsas de estudos para formação de nível de mestrado na própria UEM, no âmbito do “Fundo de Pós-Graduação”.

Os programas híbridos de pesquisa e formação ora descritos têm a particularidade de favorecer a sua própria continuidade, de forma academicamente sustentável, porquanto a sua liderança local é assumida pelo docente moçambicano mais sénior do programa, após ou mesmo antes da sua graduação a nível de doutoramento. Este docente/investigador assume a função de supervisor dos docentes juniores agregados ao programa de pesquisa em questão, regra geral mestrandos, sob o mesmo programa que, assim, têm a possibilidade de desenvolver temas de pesquisa conducentes ao seu doutoramento.

3.2. A cooperação no âmbito da qualificação pedagógico-metodológica

A formação e a qualificação do corpo docente de uma universidade não se limitam à componente técnico-científica. Requerem, também, uma preparação específica na componente pedagógico-metodológica. No caso da UEM, essa formação revelou-se, desde cedo, muito premente, atendendo a que o seu corpo docente foi sendo constituído a partir de jovens recém-graduados, sem experiência pedagógica.

Na UEM, a preparação pedagógico-metodológica foi introduzida e consolidada graças à colaboração da Universidade de Groningen na Holanda, sob cobertura financeira da NUFFIC. Essa colaboração foi iniciada em 1989, sob a forma de um projecto, denominado *Staff Development Project* (STADEP), que teve a duração de cerca de 10 anos.

²⁰ Por exemplo, o Projecto “Innovative ways to transfer technology and know-how, developing skills and expertise for gas, renewable energy and management” (NICHE/MOZ/231-263), financiado pelo Reino dos Países Baixos, de 2015 a 2020, era composto por dois consórcios, sendo um composto por Universidade Eduardo Mondlane (líder do consórcio), Universidade Católica, Universidade Lúrio e Instituto Superior Politécnico do Songo e o outro pelas seguintes instituições: Universidade de Groningen (líder do consórcio), Universidade de Stellenbosh, Universidade Hanze de Ciências, NHL - Universidade de Ciências Aplicadas, SNV, Instituto Energy Delta Institute, and Gas Engineering.

Esse projecto consistiu na provisão, aos docentes da UEM, de cursos (módulos) de carácter pedagógico e metodológico, tais como *Métodos de Ensino*, *Avaliação dos Estudantes*, *TIC no Ensino*, inicialmente ministrados por docentes holandeses especialmente contratados para o efeito²¹. O STADEP propiciou, também, a formação pós-graduada na área educacional a 3 docentes da UEM e, na sua última fase, transformou-se no actual Centro de Desenvolvimento Académico (CDA) da Faculdade de Educação, que dá continuidade às acções de capacitação pedagógica de docentes da UEM e não só²².

3.2.1. Desafios e problemas da cooperação na Fase 2

Dentre os desafios que se colocavam na Fase 2 na evolução da cooperação na UEM, merecem destaque os seguintes:

- a. priorização de acções – desafio algo mitigado com a consolidação da cultura de planificação estratégica;
- b. sustentabilidade – desafio que suscitou a necessidade de criação de uma Fundação Universitária, cujos fundos poderiam ser direccionados a dar sustentabilidade a algumas acções no domínio da cooperação;
- c. prestação não atempada de contas;
- d. monitoria e avaliação interna pouco credíveis e pouco eficazes; e
- e. falta de financiamento às actividades de gestão dos programas e projectos – problema relativa e parcialmente solucionado, pelo menos a nível dos programas de cooperação com o Banco Mundial (HEP 1), a Fundação Ford, a Suécia e a Itália, depois de muitas negociações.

4. FASE 3: cooperar para o desenvolvimento institucional da UEM e para a sua inserção no panorama académico regional e internacional

4.1. Desenvolvimento institucional

O enfoque da cooperação internacional nas fases 1 e 2 acima descritas foi para responder às necessidades prementes nas áreas da docência (assistência técnica) e da formação de docentes, mormente pela via de programas de investigação estruturados e sustentáveis. Se bem que incisiva e decisiva, e concebida sob planos prospectivos e de

²¹ Detalhes em Mandlate (2003).

²² Detalhes em Mendonça (2014).

desenvolvimento, por força de imperativos conjunturais, a cooperação foi largamente executada de forma muito sectorial e algo imediatista. Entretanto, dessa experiência, a UEM foi aprendendo e percebendo que o seu desenvolvimento global e equilibrado como instituição passava por situar e realizar a própria cooperação sob planos de desenvolvimento integrados, harmonizados, sistemáticos e contínuos, ou seja, sob uma planificação estratégica, assente na missão e na visão da instituição (UEM, 1998).

Conceber e orientar a cooperação para o desenvolvimento institucional tem vindo a permitir uma intervenção conjugada e coordenada dos vários parceiros da UEM no financiamento das actividades nas diversas áreas institucionais, inscritas nos sucessivos planos estratégicos da instituição (para os períodos 1999 – 2003; 2008 – 2012/14, e 2018 – 2028). Assim, acções e iniciativas de cooperação que já vinham decorrendo passaram a ser integradas num quadro institucional global captado pelos Planos Estratégicos (UEM, 2002; 2014). A cooperação passa a ser ela própria um objectivo estratégico, portanto, sujeita a ser encarada do ponto de vista das suas Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (Análise FOFA). Esta abordagem traduz a importância dada à cooperação enquanto que via de mobilização de parcerias e de financiamentos, não só para a docência, investigação e extensão, mas, também, para demais áreas que corporizam e vivificam a instituição, tais como a expansão da planta física; o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação; a provisão de bibliografia, meios circulantes, equipamentos e consumíveis diversos para áreas não abrangidas pelos grandes programas de investigação; a reforma curricular, com ênfase para estudos de viabilidade, o desenho e lançamento de programas de pós-graduação (mestrados e doutoramentos), a reforma da administração e gestão universitária (UEM, 2002; UEM, 2014; UEM, 2019²³) e a participação da UEM em fóruns científico-culturais internacionais.

Sob uma perspectiva holística de desenvolvimento institucional, que é captada pela via da apresentação de planos estratégicos, tornou-se possível não só sensibilizar e manter as parcerias que já eram tradicionais e motivar a sua colaboração em novas áreas de cooperação, bem como atrair novos parceiros para a causa do desenvolvimento da UEM. Por países e organizações, são de destacar os seguintes programas dessa natureza:

²³ Esta brochura, apresentada na Reunião com Parceiros de 2019, contém aquilo a que a UEM designa por *Projectos Estruturantes*. Organizados em 3 eixos, nomeadamente o de Ensino e Investigação, o de Infra-estruturas e o da Extensão, tais projectos merecem esta designação por três razões fundamentais: seu enquadramento no Plano Estratégico da UEM (2018 – 2028) e sua focalização na transformação da UEM numa universidade de investigação; seu enquadramento nas prioridades do Governo; seu potencial para gerar efeitos multiplicadores e pelo seu potencial impacto na UEM e na Sociedade (UEM, 2019:1).

- **Suécia:** parceiro tradicional com mais de 40 anos e seis fases de desenvolvimento da cooperação com objectivos que se foram destacando em função dos vários cenários;
- **Alemanha** (Programa GIZ-AM): Projectos de Energias Fotovoltaicas e Renováveis;
- **Itália:** Programa de apoio à UEM para a reforma académica e investigação científica; Projecto ICT4Dev; Programa RINO; Projecto para Conservação e uso sustentável da Biodiversidade na região da SADC; Projecto de Mangrove – Ilha da Inhaca/Baia de Maputo; Projecto de Requalificação do Museu de História Natural; Projecto para a Criação do Centro da Biodiversidade; financiamento do Leitorado em Italiano;
- **Bélgica:** Programa Desafio – Saúde Reprodutiva, Consórcio CHILI e Programas de Mobilidade Académica;
- **Reino dos Países Baixos:** Programas NICHE nas áreas de Água, de Energia, da Educação, de Negócios e Empreendedorismo, do Turismo e do Desenvolvimento Rural;
- **Japão:** JICA – Agência Japonesa de Cooperação Internacional (financiamento de projectos na área de energias renováveis), apoio em equipamento laboratorial e material bibliotecário diverso e atribuição de bolsas de estudos para a pós-graduação;
- **Portugal:** Fundação Calouste Gulbenkian – Contratos-Programa Quadro I e II, Comissão Europeia – Programas de Mobilidade Académica – Programa Erasmus Plus;
- **Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento** – Atribuição de bolsas de estudo e apoio em material educacional diverso; Instituto da Cooperação e da Língua – Ensino e disseminação da Língua Portuguesa na região Austral de África;
- **Brasil:** Programa de Mobilidade Académica CAPES/AULP, CeNPQ, RIPES;
- **África do Sul:** Programa SANTED;
- **Espanha:** Financiamento de programas na área da Saúde e programas de formação e o leitorado de Espanhol;
- **Egipto:** Apoio técnico;
- **Estados Unidos da América:** (Fundação Ford, USAID, Fundação Rockefeller): Financiamento de programas de formação, investigação e capacitação institucional;

- **França:** Programas de formação, através da atribuição de bolsas de estudo;
- **Reino Unido:** Programas de formação e participação na rede de instituições de ensino superior da Commonwealth);
- **Cuba:** Programa de Ensino e Formação;
- **República Unida da Tanzânia:** Mobilidade Académica e apoio na área das Tecnologias de Comunicação e Informação;
- **Canadá:** Formação;
- **Austrália:** Capacitação institucional, financiamento de bolsas de estudo a estudantes matriculados na UEM e a programas de combate ao HIV-SIDA;
- **Finlândia:** Financiamento de programas de formação e investigação;
- **Irlanda:** Financiamento de programas de formação e investigação;
- **Reino da Noruega** (Através da NUFU/NORAD/NORHED): Apoio a programas de capacitação institucional, formação pós-graduada e, através do Programa NORMA - Financiamento de projectos nas áreas de Agronomia e Engenharia Florestal, Ciências Marinhas e Costeiras;
- **ONU** (UNESCO PNUD, PMA e FAO): Financiamento de programas diversos (*Cátedra Homem e o Meio Ambiente*; *Medicina Tropical e Oceanografia e Ciências Marinhas*.);
- **Turquia:** Apoio na formação de técnicos na área de arquivos e apoio à Fortaleza de Maputo em equipamento informático; e
- **RUFORUM:** Fórum Regional das Universidades para a programa de formação, pesquisa e capacitação institucional;
- **Índia:** formação e apoio em equipamento.

Nota positiva de especial realce é a recente aprovação da Política de Cooperação e do Regulamento de Premiação de Parceiros Externos, que se espera virem orientar melhor a instituição na consolidação e na busca criteriosa de parcerias e/ou financiamentos, com vista a responder aos seus objectivos estratégicos, devendo ser acompanhados pela aprovação da respectiva estratégia de implementação.

4.2. Internacionalização

A Internacionalização está bem vincada na visão da UEM, segundo a qual esta instituição pretende "ser uma universidade de referência nacional, regional e internacional na

produção e disseminação do conhecimento científico e na inovação, destacando a investigação como alicerce dos processos de ensino-aprendizagem e extensão". Ademais, a internacionalização constitui um dos valores da UEM, que norteia a instituição a "projectar-se como uma universidade do Século XXI, virada para os desafios da sociedade de conhecimento", devendo, por isso, "estimular as ligações internacionais de pesquisadores e grupos de pesquisa"²⁴.

Desde 2012, os Planos Estratégicos da UEM foram concebidos e implementados respeitando o Plano Estratégico do Ensino Superior para o período de 2012 e 2020 (MINED, 2012). Neste plano-*umbrella*, a internacionalização é encarada como partindo da integração regional, sendo, na sua globalidade, definida como visando o objectivo estratégico de fomentar e viabilizar a integração regional e a colaboração multilateral e internacional no âmbito do ensino superior. A ideia de Integração Regional a nível do ensino superior havia já sido formalizada em 1997, em Lilongwe (Malawi), num protocolo específico de cooperação ratificado por 12 Estados da SADC. Nesse protocolo, estabeleceu-se que, pela via da Integração Regional, as Instituições de Ensino Superior (IES) devem:

- a) aumentar e facilitar a mobilidade de estudantes e pessoal académico, através da abertura de vagas específicas para candidatos da região e o seu tratamento como nacionais para efeitos de propinas e alojamento, bem como a transferência de créditos académicos entre as IES da região;
- b) estabelecer programas e currículos conjuntos de cursos de graduação entre IES da região, incluindo o incentivo dos grupos populacionais menos favorecidos, harmonização dos requisitos de admissão e garantia de qualidade de graduados para que possam ingressar nos cursos de pós-graduação e trabalhar na região, de modo equivalente;
- c) facilitar a admissão de graduados das IES regionais em programas de pós-graduação, reconhecer os graus obtidos nas IES e equipar (com meios materiais e humanos) as IES para levarem a cabo cursos de pós-graduação e investigação;
- d) promover o estabelecimento de Centros de Excelência; e

²⁴ In: Visão e Valores da UEM.

- e) promover programas de investigação (aplicada) a nível regional (UEM, 2014, p. 123).

Em termos concretos, a colaboração entre a UEM e as IES da região devia e tem estado a compreender: (i) o uso de infra-estruturas existentes em cada uma das instituições parceiras; (ii) a promoção de programas conjuntos de investigação e de intercâmbio; (iii) o treino/formação de curta e longa duração; e (iv) a realização de eventos de carácter científico e sociocultural (UEM, 2014, p. 130).

A existência, desde a Fase 2 de cooperação acima descrita, de programas de investigação e formação tripartidos, envolvendo a UEM e universidades suecas, holandesas e sul-africanas, constituiu uma vantagem, que facilitou e catapultou acções no âmbito da integração regional. A nível de coordenação central do processo da integração regional, a UEM criou o Gabinete de Reforma Académica e Integração Regional, que funcionou em paralelo e em coordenação com o então Gabinete de Relações Públicas, para conferir maior celeridade ao processo. Com a transformação do Gabinete de Relações Públicas (GRI) em Gabinete de Cooperação (GC), em 2011, e o então Gabinete de Reforma Académica e Integração Regional foi extinto e as suas atribuições integradas neste novo GC²⁵.

Em termos globais, na UEM,

[...] a internacionalização é um processo que iniciou desde os primórdios da existência da Instituição, com a participação da UEM e exposição dos seus investigadores nos grandes fóruns científicos mundiais, com o envio de docentes/investigadores, estudantes e do pessoal do corpo técnico-administrativo para a formação; vinda de estudantes/docentes estrangeiros para a formação e leccionação nas várias faculdades e escolas, e não só. Portanto, a UEM é hoje uma instituição que já ocupa um espaço nobre nos fóruns em que participa e é sobejamente reconhecida regional e internacionalmente (LUÍS MUCHANGA, entrevista, 30 de Outubro de 2020).

Presentemente, a UEM está afiliada a cerca de meia centena de organismos internacionais, com destaque para a Associação Internacional das Universidades (IAU), a Associação das Universidades Africanas (AAU), a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), a Associação das Universidades da Commonwealth (ACU), a

²⁵ Dessa reestruturação, que surgiu em resposta aos objectivos 8.1 e 8.2 do Plano Estratégico para 2008 – 2012, o Gabinete de Cooperação passou a compreender quatro departamentos: Administração e Finanças, Mobilidade e Internacionalização, Relações Nacionais e Internacionais e Coordenação de Doadores (LUCAS, 2020).

Associação dos Reitores das Universidades da África Austral (SARUA)²⁶. Segundo Muchanga (2020), face ao reconhecimento que tem merecido nesses e noutros fóruns, "a UEM tem sido solicitada a apadrinhar a filiação/subscrição de diversas instituições [académicas] nacionais e estrangeiras para se tornarem membros de várias organizações de que ela faz parte como, também, tem presidido e participado como fundadora nos conselhos directivos e de administração de alguns organismos".

O exercício periódico de planificação estratégica na UEM contribuiu significativamente para um mapeamento criterioso das necessidades e fraquezas da instituição; para um melhor direccionamento de apoios vindos da cooperação internacional, bem como para o seu desenvolvimento e internacionalização. Todavia, na fase actual, continuam a prevalecer alguns desafios e problemas que já haviam sido inventariados no Relatório de Avaliação do Plano Estratégico 2008 – 2014 (UEM, 2014, p. 37), dos quais destacamos os seguintes:

- a. desnível entre o fluxo de emissão e recepção nos programas de mobilidade disponíveis no âmbito de programas de formação/investigação e mobilidade de créditos académicos;
- b. entrave aos esforços visando a mobilidade académica e internacionalização da instituição devido à exiguidade do parque habitacional para albergar estudantes, docentes, investigadores e pessoal técnico-administrativo, no âmbito de programas/acordos de cooperação;
- c. a dependência financeira para participação em programas e projectos de internacionalização;
- d. fraca conexão/colaboração na área da internacionalização do ensino superior entre os países da SADC, PALOP, AULP, CPLP;
- e. insuficiente monitoria e avaliação dos acordos assinados com parceiros, tanto a nível central como das unidades orgânicas;
- f. o predomínio do português como a principal língua de ensino constitui ainda uma das grandes barreiras para a internacionalização da universidade. Embora seja conhecida, a presença efectiva de internacionais na UEM, ainda está condicionada à capacidade de comunicar em inglês. Este desafio, também

²⁶ Indicação exaustiva das instituições internacionais que cooperam com a UEM pode ser encontrada em UEM (2002),

- se impõe quando se trata do interesse da UEM em colaborar com alguma instituição internacional;
- g. a fraca implementação do Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Acadêmicos (SNATCA) em ambas modalidades de ensino, dificulta a flexibilização dos processos de mobilidade acadêmica e internacionalização da universidade
 - h. planos curriculares rígidos, dificultando a transferência de créditos e, por consequência, a implementação de programas de mobilidade e internacionalização;
 - i. apresentação extemporânea dos relatórios aos doadores, embora tende a melhorar;
 - j. melhorar a visibilidade internacional da universidade;
 - k. fraca articulação entre o GC e as unidades orgânicas que continua a ser um desafio a ser superado;
 - l. falta de aproveitamento integral das vantagens dos acordos de cooperação assinados com instituições regionais e internacionais para fazer valer o princípio de benefício mútuo e/ou reciprocidade;
 - m. fraca resposta da UEM à crescente demanda por cursos leccionados em inglês e outras línguas internacionais, em diferentes regimes e modalidades; e
 - n. falta de um banco de dados dos acordos de cooperação assinados e de oportunidades de parceria com instituições nacionais e estrangeiras congêneres e/ou de natureza financeira e cultural, ainda que se deva maximizá-la²⁷ (UEM, 2014, p. 37).

Sendo a internacionalização um processo gradativamente mais exigente, o maior desafio que se coloca à UEM, na presente fase, é equacionar estratégias e/ou mecanismos para manter e melhorar a sua posição nos vários fóruns e organismos, o que passa por uma capacitação contínua do seu quadro de pessoal (docentes, investigadores e corpo técnico e administrativo); melhoria da qualidade dos cursos que oferece; harmonização dos sistemas de crédito; melhoria das condições infra-estruturais e de gestão administrativa,

²⁷ Situação em vias de ser ultrapassada com a concepção de uma plataforma digital pelo Centro de Informática da UEM.

entre outras acções de capacitação institucional (LUÍS MUCHANGA, entrevista, 30 de Outubro de 2020).

5. Considerações finais

O presente capítulo pretendeu, e espera-se que tenha logrado, fornecer uma visão diacrónica concisa da cooperação na UEM, sob a perspectiva dos propósitos globais que ela ajudou a alcançar, nomeadamente a provisão de docentes estrangeiros, contratados para assegurar a leccionação, colmatando a lacuna criada pelo retorno de docentes portugueses ao seu país, na fase pós-independência; a formação e qualificação de docentes nacionais, pela via da concessão de bolsas de estudo ou financiamento de programas de investigação, e o desenvolvimento da instituição, em geral, e suporte à sua projecção regional e internacional.

A avaliar pelo que se apurou e relatou, a cooperação internacional tem cumprido com os objectivos que se lhe colocam ao longo das diferentes etapas da existência da UEM, a meio de desafios e problemas de organização e gestão, parte dos quais vem sendo mitigados ou mesmo resolvidos através de acções e licções da própria cooperação.

Referências

LOPES, S. (1991b). Assistência Técnica na Universidade Eduardo Mondlane. **Presente e Perspectivas / Present and Perspectives**, Vol II. (s/p). Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

MANDLATE, E. **Staff Development Program at Eduardo Mondlane University**. A case study prepared for a Regional Training Conference on Improving Tertiary Education in Sub-Saharan Africa: Things That Work!, 2003 (Accra, 23-25 de Setembro).

MÁRIO, M.; FRY, P.; LEVEY, L.; CHILUNDO, A. **Higher Education in Mozambique**. London: James Currey Ltd. 2003.

MENDONÇA, M. **Developing Teaching and Learning in Mozambican Higher Education: A Study of the Pedagogical Development Process at Eduardo Mondlane University** Tese de Doutoramento, Umeå: Umeå University Press. 2014. 34p.+4 papers.

OLSSON, B. Key-address. In: UEM/Suécia. **Universidade Eduardo Mondlane (UEM) and Sweden: celebrating 40 years of Research Cooperation**. Maputo: UEM, 2019, pp 15-17.

UEM. **Documentos e Conclusões Finais da I Reunião Geral da UEM**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1978.

- _____. **BUSCEP: História e Perspectivas.** Maputo: UEM, 1996.
- _____. **Plano Estratégico da UEM 1998 –2003.** Maputo: Universidade Eduardo Mondlane - Gabinete de Planificação, 1998a., 69p.
- _____. **Um Projecto para o Terceiro Milénio: 1999 -2008:** Dez anos de acção. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1998b., 127p.
- _____. **Presente e Perspectivas / Present and Perspectives.** Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1991a.
- _____. **Presente e Perspectivas / Present and Perspectives.** Vol II. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1991b.
- _____. **Cooperation at the Eduardo Mondlane University.** Maputo: UEM, 2002, 63p.
- _____. **Plano Estratégico 2008 – 2012.** Maputo: UEM, 2008, 71p.
- _____. **Relatório de avaliação do Plano Estratégico 2008-2014 –Rumo a uma universidade alicerçada na investigação.** Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2014a., 193p.
- _____. **Reunião da UEM com parceiros de cooperação.** Maputo: UEM, 2014b, 49p.
- _____. **Projectos Estruturantes – Reunião com Parceiros de Cooperação, 2019:** UEM e parceiros juntos na implementação do Plano Estratégico 2018 – 2028. Maputo, UEM, 2019, 14p.
- UEM/Suécia. **Universidade Eduardo Mondlane (UEM) and Sweden:** celebrating 40 years of Research Cooperation. Maputo: UEM, 2019, 109p.

Agradecimentos

Escrever sobre os objectivos, evolução e desafios da cooperação internacional na Universidade Eduardo Mondlane durante os últimos 50 anos é uma tarefa deveras intrincada. Primeiro, porque a cooperação é já por si uma área delicada. Segundo, porque a colaboração de parceiros internacionais, tanto a nível académico como financeiro é de carácter transversal e se apresenta muito fasciculada nas principais vertentes de uma instituição ainda em consolidação, como é o caso da UEM. Todavia, devido, precisamente, à relativa juventude da instituição, foi possível contar com vívidos e valiosos depoimentos daqueles que foram os precursores da epopeia da cooperação na instituição, bem como de alguns dos que lhes seguiram nessa missão. Assim, cumpre ao grupo de trabalho expressar os seus profundos agradecimentos às seguintes individualidades: Professor

Doutor Álvaro do Carmo Vaz²⁸ e Prof^a. Doutora Lucinda Cruz²⁹, ambos já jubilados; Prof. Doutor Teodósio Lourenço Uate³⁰, Prof^a. Doutora Sandra Lopes Brito³¹, Dr. António Matabel³², Prof. Doutor Afonso Vassoa³³, Doutor Carlos Lucas³⁴, e Eng^o. Luís Muchanga³⁵. As expressivas memórias abertamente discorridas por estas individualidades transcendem o âmbito e propósito do presente capítulo, tornando-se em preciosos subsídios para a História da UEM, em geral. Agradecimentos especiais também à Lic. Nelsa Matusse Lado e Mestre Olinda Simão, do Gabinete de Cooperação, pelo agendamento e organização das entrevistas das individualidades acima mencionadas e transcrição das mesmas; pela organização das sessões de trabalho da comissão, bem como pela busca e disponibilização de documentação pertinente.

²⁸ Chefe da Comissão de Relações Internacionais (CRI), de 1978 a 1980. Foi a CRI que buscou uma cooperação de emergência para a docência e encetou uma cooperação estruturada e alargada na UEM.

²⁹ Chefe da CRI, desde 1980, a quem coube a missão de a reestruturar em Gabinete de Relações Internacionais, do qual foi directora até 1982 e, novamente, de 1987 a 1989.

³⁰ Director do GRI, entre 1982 e 1987.

³¹ Directora do GRI, entre 1989 e 1992 e entre 1994 e 1998.

³² Director do GRI, entre 1992 e 1994.

³³ Director-Adjunto do GRI, entre 1989 e 1994; Director do Gabinete do Reitor entre 2001 e 2003 e entre 2006 e 2012.

³⁴ Director do GRP (2009 – 2011), a quem coube a responsabilidade de o reestruturar em Gabinete de Cooperação (GC), do qual foi Director entre 2011 e 2018.

³⁵ Quadro sénior do GRP/GC desde 1993.